



## NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS

### APPOINTMENTS ON THE STUDY OF CHAPELS FROM THE GOLD CYCLE IN MINAS GERAIS

**MORONI FILHO, Elio**

Grupo de Pesquisa Literatura Arquitetônica: narrativas e representações da arquitetura e da cidade como patrimônio cultural. Programa de Pós-Graduação em História da Arte. Universidade Federal de São Paulo  
moronifilho@hotmail.com.br

#### RESUMO

A literatura especializada reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao barroco tardio internacional. Este trabalho busca, ao contrário, ampliar o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descreve-se o partido arquitetônico de capelas construídas no município de Mariana, no período de 1700 a 1750. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. São resultados parciais desta pesquisa: predominância do modelo arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor; telhado duas-águas; frontão triangular de linhas retas; inexistência de torre sineira; sacristia lateral com entrada independente; decoração interna e externa escassas. Os resultados sugerem um modelo arquitetônico ajustado ao estilo designado por Maneirismo.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural brasileiro; Minas Gerais; arquitetura religiosa colonial; capelas.

#### Abstract

*Specialized literature reserves little attention for the colonial period chapels in Brazil rather it concentrates on the manifestations of large-scale religious architecture that associates eighteenth century Brazilian churches with the late international Baroque. This work diminishes this lacuna by amplifying scientific knowledge about small-scale religious architecture from the colonial period. Moreover, it specifically describes the architectonic model of chapels built in the municipality of Mariana from 1700 to 1750. The research methods are based on direct identification and observation of these chapels in conjunction with iconographic, oral and written sources. The partial results of this research are predominance of an architectonic model defined by a rectangular plant formed by a nave and sanctuary; gabled roof; straight-lined triangular façade (frontal exterior); nonexistent campanile (bell tower); lateral sacristy with an independent entrance; scarcity of internal and external decoration. These results suggest an architectural model adjusted to the designated Mannerist Style.*

**Keywords:** Brazilian cultural heritage; Minas Gerais; colonial religious architecture; chapels.

## INTRODUÇÃO

O Maneirismo é tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). O Maneirismo distingue-se pelo abandono dos princípios renascentistas de objetividade, razão, regularidade e ordem, tendo como “aspecto mais impressionante” o abandono “da ficção de que uma obra de arte seja um todo orgânico, indivisível e inalterável, feito de uma só peça [...] obra de arte anticlássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30). No que diz respeito à arquitetura religiosa portuguesa do final do século XVI a meados do século XVIII, Pais da Silva (1996, p. 154-155) assinala a estreita associação entre o Maneirismo e a atividade arquitetônica resultante da orientação dos padres jesuítas, tendo a Companhia de Jesus adotado e generalizado os padrões maneiristas nas zonas capitais do mundo português. Assim, não se contesta a designação arquitetura jesuítica ou estilo jesuítico, empregada por Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1916) e depois por Lúcio Costa (1941) e Robert Smith (1948) para o estudo da arquitetura religiosa quinhentista e da primeira metade do século XVIII, no Brasil. Argumenta-se, porém, que o conceito de Maneirismo é recurso teórico que confere ao investigador maior liberdade e amplitude de análise do objeto desta pesquisa, permitindo o entendimento de características que tipificam o Maneirismo como um todo, por meio da comparação (semelhanças, diferenças, relações), em nível de literatura especializada, de edifícios religiosos brasileiros do período colonial com edifícios maneiristas religiosos e civis de outros territórios do mundo português, e com edifícios, da mesma corrente artística, elaborados fora da influência direta da Companhia de Jesus e dos territórios do antigo império ultramarino português. Nessa direção, a literatura especializada nacional ainda reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as

edificações religiosas de pequeno porte: as capelas. Os estudos de capelas do período colonial e de seus bens móveis e integrados são escassos e foram realizados, em sua maioria, na primeira metade do século XX. Este trabalho buscou, ao contrário, contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se elementos do partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação a corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial. Define-se capela como “construção religiosa de pequeno porte” (TIRAPELI, 2008, p. 300). Cragoe (2014, p. 247) define capela como “igreja não paroquial, normalmente de pequenas dimensões”. A ideia de construção religiosa de pequenas dimensões já aparece no dicionário de Raphael Bluteau (1728), que caracteriza capela como

Capella mór [...] o que tem alguma proporção com o que chamamos Capella mór, que he o lugar da Igreja mais proprio dos Sacerdotes [...] para o que vulgarmente se entende por Capella de huma Igreja temos outras palavras Latinas mais proprias, v. g. AEdicula, como diminutivo de Aedes, q no fingular significava Templo [...] para mayor clareza se poderá acrescentar a AEdicula o epitheto Sacra [...]. (BLUTEAU, 1728, p. 121).

Mourão (1986) denomina capela qualquer igreja que não seja matriz, incluindo edificações religiosas de grande porte como a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana. O Código de Direito Canônico (2018, p. 143-144), promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* de 25 de janeiro de 1983, no pontificado de João Paulo II, distingue igreja como edifício sagrado destinado ao culto divino, dando à capela a definição de capela particular, entendida como lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas. Essas duas últimas definições seriam inadequadas neste texto, por não expressarem o aspecto central do objeto de pesquisa, que é a dimensão (tamanho) dos edifícios religiosos. O estágio rudimentar do conhecimento sobre as capelas mineiras do período colonial exigiu um delineamento de pesquisa flexível, que possibilitasse a consideração de aspectos variados relativos ao tema,

contribuindo com a elaboração de hipóteses nas etapas ulteriores da investigação. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada na obtenção dos dados.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana possui tombamento federal desde 1938 (BRASIL... Programa Monumenta, 2005). Possuem tombamento municipal os núcleos históricos urbanos dos Distritos de Camargos (2004), Furquim (2005), Santa Rita Durão (2009), Monsenhor Horta (2010) e Padre Viegas (2010) (BRASIL... Patrimônio protegido..., 2018). Entretanto, a identificação de capelas setecentistas, construídas na área de investigação, não pode ser fundamentada exclusivamente na documentação oficial disponível no IPHAN e na prefeitura municipal de Mariana. Tome-se, como exemplo, as ruínas de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Bandeirantes. Essa edificação é desconhecida dos pesquisadores que se atêm exclusivamente aos documentos oficiais e à literatura especializada disponível no presente, pois não consta dos inventários federais e municipais referentes ao município de Mariana. Assim, considerou-se a pesquisa exploratória como o delineamento mais adequado para se preencher a lacuna das fontes documentais e bibliográficas, uma vez que esse tipo de pesquisa oferece visão geral a respeito de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27). Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de julho de 2015, julho de 2016 e setembro de 2016, tendo sido visitados a cidade de Mariana e seus Distritos Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta e Padre Viegas, além do extinto Subdistrito de Bento Rodrigues. As ruas dessas localidades foram percorridas a pé, sendo que a interação com os habitantes locais mostrou-se relevante para o trabalho de campo, pois eles indicaram a localização de capelas construídas no século XVIII. O registro fotográfico foi realizado com câmera digital reflex de objetiva simples, modelo NIKON D7100, do fabricante Nikon Corporation. A pesquisa exploratória, cujos resultados foram parcialmente utilizados na elaboração deste capítulo, deu origem ao total de 1.234 registros fotográficos digitais, cuja seleção obedeceu aos critérios de definição, contraste e profundidade de campo (OLIVEIRA, 2008, p. 59). No município de Mariana, foram observadas as

capelas de Santo Antônio, Distrito-sede; Santana, Distrito-sede; Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora do Rosário, em ruínas, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem; São Bento e Nossa Senhora das Mercês, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão. Elaborou-se o desenho arquitetônico da Capela de Santa Teresa D'Ávila, selecionada por sua antiguidade no contexto local – teria sido construída em 1703, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) – e por exemplificar características da arquitetura religiosa maneirista tratadas nas seções subsequentes deste texto. O desenho de arquitetura foi elaborado por profissional registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, resultando nas seguintes peças gráficas: duas plantas de edificação (térreo e coro); um corte longitudinal; três fachadas (Norte, Sul, Leste); um quadro geral de esquadrias. A flexibilidade da pesquisa exploratória (GIL, 2002, p. 41) ainda permitiu a incursão a dois exemplares da arquitetura religiosa de grande porte: as igrejas matrizes de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes) e Nossa Senhora do Rosário (Distrito de Padre Viegas), que parecem reforçar os traços maneiristas da arquitetura religiosa setecentista, em Mariana.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A origem de Mariana está associada à exploração do ouro pela bandeira do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se fixou à margem de um ribeirão onde fundou, em 1696, o Arraial do Ribeirão do Carmo, em homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo. O ouro, encontrado inicialmente no Ribeirão do Carmo, transformou o arraial em um dos principais fornecedores desse minério para Portugal (BRASIL... Mariana..., 2018). Em 1711, o arraial foi elevado à vila e, em 23 de abril de 1745, Dom João V elevou a vila à categoria de cidade, dando-lhe o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, Maria Ana d'Áustria (JORGE, 2006, p. 162). Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final daquele século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído (BRASIL... Mariana... 2018). Na história da América Portuguesa, Mariana inscreve-se no processo de povoamento urbano desencadeado pela exploração das jazidas auríferas, que provocou o deslocamento do eixo econômico-administrativo da Colônia para o Centro-Sul, bem como o desenvolvimento de articulações com

regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007, p. 65). No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas. Nesta seção, organizam-se as notas de pesquisa das capelas, considerando-se determinantes do partido arquitetônico definidos por Lemos (2003, p. 40-41): técnica construtiva, conforme recursos locais, humanos e materiais, incluindo a intenção plástica subordinada, às vezes, aos estilos arquitetônicos; condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém; programa de necessidades, consoante usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; condições financeiras do empreendedor no quadro econômico da sociedade; legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou regras de funcionalidade.

### **Elementos cronológicos**

A dificuldade de se encontrarem fontes documentais torna fragmentada a cronologia da Capela de Santo Antônio, assim como a dos outros templos descritos nesta seção. O Arraial do Ribeirão do Carmo possuía, em 1703, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e pelo capelão da Bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes, e a Capela da Conceição, erguida pelo português Antônio Pereira Machado, que viria a se tornar a Matriz da Conceição da Vila do Carmo. Embora se desconheça a localização exata da Capela de Nossa Senhora do Carmo, essa capela bandeirante, erguida aproximadamente em 1700, que ficava no âmbito da praia de Mata-Cavalos, onde teve início a exploração do ouro, era a que mais tarde foi denominada Rosário Velho, por ter sido cedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que hoje está consagrada a Santo Antonio (VASCONCELLOS, 1938, p. 3-4). Em 1762, a Irmandade do Rosário vendeu à mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco, os retábulos, o arco-cruzeiro, as grades, os púlpitos, a porta principal, entre outros objetos da Capela do Rosário Velho, utilizados na construção da capela provisória da Ordem Terceira de São Francisco (TRINDADE, 1945, p. 195). Já no

século XX, os muros de pedra, que cercavam a capela, e a escada do mesmo material, que nascia na Rua Direita e que dava acesso ao templo, foram dilapidados pelos moradores de Mariana, durante a década de 1940 (BORIM, 2009, p. 32-33). O edifício atual, que “talvez se restringisse aos dois lanços da parte de trás” (VASCONCELLOS, 1938, prancha 33), é constituído de nave, capela-mor e sacristia. A fundação e a localização da Capela de Nossa Senhora do Carmo e da Capela da Conceição são motivos de discordância entre estudiosos, já que Santos (1951, p. 158) identifica a extinta ermida de Santo Antônio, outrora existente no Distrito de Passagem e documentada por Falcão (1946, p. 101), como a primitiva Capela da Conceição, atribuindo sua construção ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) estima 1703 o ano de construção da Capela de Santa Teresa D’Ávila, que teve seu patrimônio instituído pelo português Pedro Rosa de Abreu, um dos primeiros mineradores de Minas Gerais (FRANCO, 1954, p. 9). Em 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visita a Freguesia de São Sebastião, notando a “Capela de Santa Teresa”, “muito pobre” (TRINDADE, 1998, p. 153). O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 56) baseia-se num registro documental para estimar 1718 o ano de fundação da Capela de São Bento: nos “autos de uma justificação, requerida pelos moradores de Bento Rodrigues, em 1743, certa testemunha depôs: ‘vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capella com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva’”. Salomão de Vasconcellos (1938, p. 79) informa que não é “possível determinar nem a data da constituição da Irmandade, nem da construção do prédio” da Capela de Santana. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 158-160) baseia-se no testamento do Padre Matias Fernandes Afonso, datado de 7 de julho de 1744, para afirmar que a capela já existia, em 1720. A capela é mencionada, no termo de arrematação “da ponte do caminho da Capela de Santa Ana”, datado de 20 de julho de 1730, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (FIGUEIREDO, 2017, p. 7). A irmandade de Santa Ana é citada, em documento anterior a 1736. Trata-se do requerimento “de irmãos confrades de Santa Ana da Vila do Carmo das Minas Gerais, pedindo esmola para continuarem a obra de uma casa em que possam recolher e curar os enfermos pobres das Minas”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 513). A provisão de ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Bandeirantes, foi encontrada, no Arquivo Eclesiástico da

Arquidiocese de Mariana, na folha n. 271, verso, linhas 12 a 46, do Tomo II, do livro de Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750, Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4. A provisão de ereção possui a data de 30 de maio de 1750, tendo sido registrada em favor dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santo Elesbão da Freguesia de São Sebastião, denominação do Distrito de Bandeirantes, no século XVIII. No Distrito de Passagem, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1999, tendo sido construída no terreno de uma capela do Senhor dos Passos, outrora reservada a devoção aos Passos da Paixão, cujas ruínas foram aproveitadas para a capela-mor do templo atual (RODRIGUES; MOREIRA, 2013, p. 53-54). A Capela de São Sebastião foi ereta por Sebastião Fagundes Varela (VASCONCELOS, 1999, p. 407) e se tornou colativa, em 1724, conforme consta na folha 104, do Livro de Lotação das Freguesias do Bispado de Mariana e Lista com Nomes e Datas de apresentação e colação de Párocos segundo os Mapas Paroquiais de 1826, depositado no Armário 6, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese Mariana: a “freg.<sup>a</sup> de S. Seb.<sup>m</sup> fundada nas margens do Ribeirão do Carmo hé huã das mais antigas merecendo, por isso consideração em o numero das q. o Alvará de 16 d Fevereiro de 1724 elevou a Igr.<sup>a</sup> den atureza Collativa” (sic). A Igreja de São Sebastião ainda é mencionada, em documento anterior a 1726. Trata-se do requerimento do “pe. José do Soveral de Miranda, vigário na Igreja do São Sebastião da Comarca do Ribeirão do Carmo, solicitando justiça contra as violências naquela zona com os pretos e os escravos praticadas por Maximiliano de Oliveira e outros”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 135). Em 1823, o corpo da igreja ainda se achava em telha vã e o adro, aberto (TRINDADE, 1998, p. 153). Já a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Padre Viegas, foi ereta a partir de 1740 (MOURÃO, 1986, p. 105). Deu-lhe a qualidade de colativa o alvará régio de 16 de janeiro de 1752 (TRINDADE, 1945, p. 308).

A Capela de Santa Teresa D’Ávila exemplifica a dificuldade de se encontrarem fontes documentais que auxiliem na composição da cronologia dos templos supracitados. Em História antiga das Minas Gerais, publicado pela primeira vez em 1901, Diogo de Vasconcelos cita o testamento de Pedro Rosa de Abreu, que instituiu o patrimônio da Capela de Santa Teresa D’Ávila e que faleceu, em Vila Rica, em 14 de maio de 1728 (VASCONCELOS, 1999, p. 151). Ainda não se



conseguiu encontrar a certidão de óbito e o testamento de Pedro Rosa de Abreu, apesar da busca realizada na Casa do Pilar, no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Certamente, Diogo de Vasconcelos leu o testamento, mas não indicou sua localização. Acrescenta-se a dificuldade de não se ter tido acesso direto aos acervos documentais, em Ouro Preto, uma vez que a pesquisa documental foi realizada por funcionários daqueles três arquivos, mediante exigência de solicitação prévia do pesquisador.

### **Orientação dos templos**

A orientação de alguns templos pode indicar a reprodução de normas da época romana na arquitetura religiosa setecentista, no município de Mariana. Vitruvius determina que, “se o templo sagrado tiver de ser construído junto a um rio, como no Egito ao longo do rio Nilo, será conveniente ficar de frente para as suas margens” (VITRÚVIO, 2007, p. 222). Em Mariana, a Capela de Santo Antônio (Distrito-sede), a Capela de Santa Teresa D’Ávila (Distrito de Bandeirantes), a Capela de Santana (Distrito-sede) e templos de maior porte, como a Igreja Matriz de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes), a Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte (Distrito de Furquim) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Camargos) ficam de frente para cursos d’água. Não há contradição na suposição da existência de elementos clássicos na obra anticlássica, pois é nos Dez livros sobre a arquitetura que se apoiam todas as teorias da arquitetura a partir do Renascimento, acrescentando-se que a competência de autores de tratados de arquitetura dos Tempos Modernos, no domínio teórico da arquitetura, foi apurada por investigações arqueológicas de monumentos antigos, a exemplo de Andrea Palladio (BIERMANN et al., 2015, p. 6, 96).

### **Materiais e técnicas construtivas**

No Brasil, as construções em pedra datam do primeiro século da colonização, variando a técnica de aplicação das pedras conforme as argamassas em que são assentadas: pedra seca, que dispensa argamassa e se obtém a acomodação das pedras maiores pela interpolação de pedras menores; pedra e barro, em que as

pedras são assentadas em argamassa de terra; pedra e cal, em que a alvenaria é arguida com argamassa de cal e areia (VASCONCELLOS, 1979, p. 23, 29-30; BRAGA, 2000, p. 8-9). Nas Minas setecentistas, a pedra das Lages (quartzito), a pedra do Itacolomí (quartzito), a pedra sabão e a canga (minério de ferro) eram de uso corrente na arquitetura religiosa, tendo sido aplicadas na alvenaria e na ornamentação de portadas, púlpitos, tarjas, entre outros, nas capelas e igrejas da região de Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 79-80). Adobes ou adobos são blocos de barro produzidos manualmente, em moldes preenchidos com barro compactado e secados ao ar livre, adquirindo maior resistência e permitindo que sejam assentados com argamassa de barro (MINKE, 2015, p. 72; WEIMER, 2012, p. 265). Em Minas Gerais, igrejas inteiras foram construídas de adobe, como a Matriz de Santa Rita Durão, no município de Mariana (BAZIN, 1983, v. 1, p. 58). Já o pau a pique é a técnica que consiste em tomar troncos e galhos de madeira retos, que nas extremidades inferiores são fincados no chão e nas extremidades superiores são fixados a suportes horizontais – normalmente vigas que servem de suportes para a estrutura do telhado. Trata-se, por assim dizer, de uma grade de madeira cujas frestas são preenchidas por barro. Essa técnica pode apresentar uma variante na qual a madeira, em lugar de ser fincada no chão, apoia-se sobre um baldrame (WEIMER, 2012, p. 235, 236). No século XVIII, o pau a pique foi empregado em edifícios religiosos diversos, como a Capela de Nossa Senhora do Ó (Sabará), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas) e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, em Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 86). A identificação dos materiais e técnicas construtivas empregados na construção dos templos de que trata este trabalho foi realizada por meio de observação direta e de informações verbais de zeladores das capelas e de moradores do município de Mariana. Foram identificadas duas construções em alvenaria de pedra seca e alvenaria de pedra com argamassa de barro – Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2) – e duas construções em terra, especificamente, pau a pique e adobe: Capela de São Bento (Figura 3) e Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figuras 4, 5). A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi edificada no local das ruínas de uma ermida de pedra reconstruída e incorporada ao templo atual como capela-mor. Os materiais construtivos da capela-mor são a canga, indicada pelas setas vermelhas, o xisto, assinalado pelas setas amarelas e o quartzito, documentado pelas setas azuis

(Figura 1). Observam-se as técnicas construtivas de alvenaria de pedra com argamassa de barro e alvenaria de pedra seca, nos vestígios da ermida, tal como se apresentam hoje. Pedras aparelhadas de maiores dimensões foram aplicadas nos cunhais, para reforçar a estabilidade das paredes (Figura 1, setas vermelhas). As paredes possuem faces exteriores planas, mas o tamanho e a forma da canga são irregulares, sendo que alguns blocos, exemplificados nas setas verdes, parecem ter sido utilizados em estado natural. O xisto e o quartzito possuem forma constante, mas suas dimensões variam de lascas a placas retangulares de maior espessura dos dois materiais, assinaladas pelas setas amarelas e azuis (Figura 1). As juntas foram preenchidas com terra e pedras menores que formam o entremeado ordinariamente designado por canjicado, exemplificado nas áreas tracejadas da Figura 1. A integridade da argamassa de barro insinua intervenção recente. A existência de degraus (Figura 1, setas laranjas) parece indicar a entrada da capela primitiva, assim como sugere que a alvenaria de pedra seca tenha sido erguida durante a construção do edifício que atualmente se encontra no local.

Figura 1 – Trecho de parede da capela-mor, Capela de Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem, Mariana

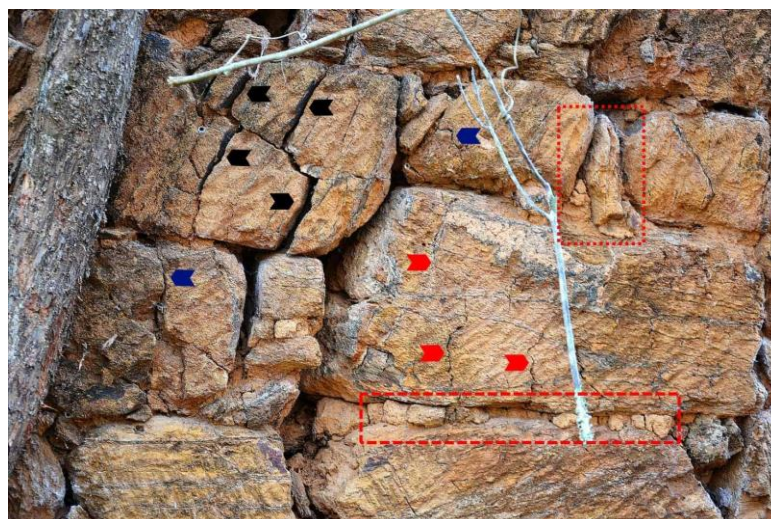


Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Por meio do contato com moradores do Distrito de Bandeirantes, soube-se da existência de ruínas de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, localizadas no alto de um morro coberto por vegetação nativa. Uma moradora do Distrito conduziu o pesquisador ao local das ruínas, abrindo caminho no mato a

golpes de facão e enxada. Nas ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário restam dois segmentos de paredes externas de alvenaria de pedra. Essas paredes resultam do assentamento de blocos de canga de forma e dimensões irregulares e de blocos do mesmo material com forma geométrica retangular mais ou menos definida (Figura 2). As juntas são preenchidas com argamassa de barro e pedras pequenas embutidas na argamassa, exemplificadas, respectivamente, nas áreas tracejadas e nas áreas pontilhadas (Figura 2). As paredes possuem fendas verticais e diagonais. A fendilhação também atinge os blocos de canga, sendo que as setas vermelhas, azuis e pretas indicam a evolução das fendas sem tendência para a estabilização (Figura 2). A desagregação da pintura e do reboco, dos quais restam resquícios, evoluiu para a desagregação da argamassa e da própria canga. A permanência das ruínas é ameaçada não apenas pelo abandono e pelas patologias do sistema construtivo, mas também pela inexistência de proteção municipal, estadual e federal.

Figura 2 – Trecho de parede das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário, Distrito de Bandeirantes, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Em relação às capelas construídas em terra, obteve-se informações sobre elementos do sistema construtivo da Capela de Santa Teresa D'Ávila e da Capela de São Bento. A primeira tem paredes de adobe parcialmente substituídos por tijolos, em decorrência de uma reforma realizada pela população de Bandeirantes, na década de 1990, de acordo com informação verbal de morador daquele Distrito. A Capela de São Bento possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de

pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo. A Figura 3 documenta segmento do interior da nave da Capela de São Bento, sugerindo estrutura autônoma constituída por peças de madeira. Essa figura mostra parte da armação de madeira composta por esteios (seta vermelha), frechais (seta verde) e vigas (seta amarela) que suportam as cargas do forro e da cobertura distribuídas em apoios intervalados que as transmitem ao solo. Na mesma foto, a seta azul indica o que parece ser uma “madre”, denominação dada à viga horizontal colocada entre o frechal e o baldrame, tendo por função o alívio das cargas do segundo (VASCONCELLOS, 1979, p. 34). Esteios de seção cilíndrica e de seção quadrada parecem estar apoiados na parede de alvenaria de pedra mencionada pelo zelador da capela. A se considerar a estrutura autônoma de madeira, as paredes de pau a pique assumem a função de elementos de vedação dos vãos, sem função estrutural. Conjectura-se que a estrutura autônoma de madeira e a vedação de pau a pique estejam sobre paredes de alvenaria de pedra, conforme sugerem a observação e a informação verbal do zelador da capela (“fundações de pedra”). Dificilmente, a ocorrência conjunta da estrutura maciça e da estrutura independente será comprovada, considerando que a Capela de São Bento foi destruída pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, pouco mais de três meses após a visita do pesquisador ao extinto Subdistrito de Bento Rodrigues.

Figura 3 – Segmento do interior da nave da extinta Capela de São Bento, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2015.

### **Partido geral de composição**

O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave (Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); telhado de duas-águas (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila – nesse caso, pé-direito mais baixo do que o da nave –, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de torre sineira (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); adro com cemitério desativado ou em funcionamento (Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia (Santo Antônio, Santana – exceto o forro da nave, em caixotões –, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); decoração externa escassa ou inexistente (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês). Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29).

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitâneas do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos. O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, que “ergueu pela primeira vez sua bela cabeça em Roma por volta de 1520” (SHEARMAN, 1978, p. 22), quando Girolamo Francesco Mazzola – Il Parmigianino – postou-se diante de um espelho convexo e pintou o Auto-retrato num espelho convexo (HOCKE, 1974, p. 15; CHARLES et al., 2007, p. 132). Em Portugal, os

arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres – conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo rectilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183).

Acrescentem-se outros traços predominantes na arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

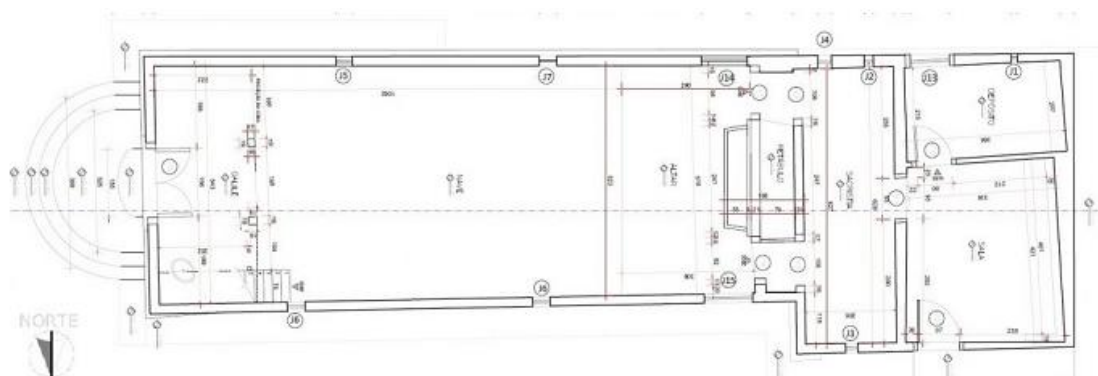
o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44).

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro – especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana – mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A Capela de Santa Teresa D'Ávila parece ser precursora das igrejas setecentistas mineiras de planta retilínea e nave única. Com efeito, essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela,

sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 4). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 4), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7. A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela. A largura irregular da nave, bem como as dimensões desiguais dos vãos da Capela de Santa Teresa D'Ávila, parecem ser provas da imperícia técnica da mão-de-obra empregada na construção do edifício. A imperfeição técnica da capela suscita o problema, formulado por Günter Weimer (2012, p. 286), da fronteira entre manifestações populares, em que predominam questões funcionais imediatas, e manifestações eruditas, em que existem preocupações mais acuradas com características estéticas, na arquitetura luso-brasileira. A complexidade desse problema ultrapassa os limites desta pesquisa exploratória, não havendo intenção de solucioná-lo neste trabalho. Entretanto, observa-se, em favor da adoção de preceitos maneiristas na arquitetura religiosa colonial mineira de pequeno porte, que capelas supostamente mais sofisticadas, do ponto de vista técnico e estético, como a Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, na cidade vizinha de Ouro Preto, mantiveram o partido de composição descrito nesta seção. A Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral data de 1748 (MOURÃO, 1986, p. 79), “época de maior concentração de profissionais portugueses qualificados nos canteiros de obras das igrejas de Minas Gerais”, que “coincide [...] com o período áureo da atividade mineratória, entre 1730 e 1760, aproximadamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).



Figura 4 – Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila em reprodução sem escala, Distrito de Bandeirantes, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e brancas que recebem e emitem a luz. A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos, estes concentrados na zona superior da fachada e isolados por vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria. Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 4). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas sem esquadrias e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, sugerindo – talvez – o gosto maneirista pela contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos

retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares – o terceiro, com patamar – e o quarto degrau, reto. A escada semicircular destoa do templo de linhas retas e parece incomum na arquitetura religiosa das Minas setecentistas. Com efeito, a escada semicircular, que dá acesso ao adro dos profetas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (BAZIN, 1983, v. 2, prancha 85; BURY, 1991, p. 31), é a única referência a esse tipo de escada, encontrada em trabalhos sobre arquitetura religiosa mineira do período colonial (FALCÃO, 1946, p. 357; MOURÃO, 1986; CARVALHO, 2013). O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto), registrada por Santos (1951, p. 106). Admite-se a hipótese de que tanto a escada semicircular quanto a porta almofadada, que são os únicos elementos decorativos no exterior da Capela de Santa Teresa D'Ávila, sejam adições resultantes de intervenções realizadas no decorrer da existência do templo. O bem integrado mais importante da capela é o retábulo de Santa Teresa D'Ávila, descrito a seguir. A inexistência de capela-mor diferencia a Capela de Santa Teresa D'Ávila das Capelas de Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Apesar de possuírem características que os individualizam, todos esses templos possuem traços da arquitetura maneirista definidos por Bury (1991), Hauser (1993), Pais da Silva (1996) e Argan (1999), citados nas linhas precedentes. No município de Mariana, ainda merece atenção a localização dos sinos das capelas. As torres laterais estavam reservadas para as igrejas matrizes, que começaram a surgir depois de 1724 em Minas Gerais (SMITH, 1939, p. 120). Em Mariana, os construtores das capelas encontraram duas soluções para essa restrição: inserção dos sinos nos vãos superiores da fachada, que desempenham as funções duplas de janelas e sineiras, a exemplo da Capela de Santo Antônio, da Capela de Santa Teresa D'Ávila, da Capela de São Bento e da Capela de Nossa Senhora das Mercês; e sustentação dos sinos por estrutura autônoma de madeira recoberta de telhas, exemplificada na Capela de Santana. Essas duas soluções também foram adotadas em capelas setecentistas de outras cidades mineiras, como na Capela de Nosso Senhor do

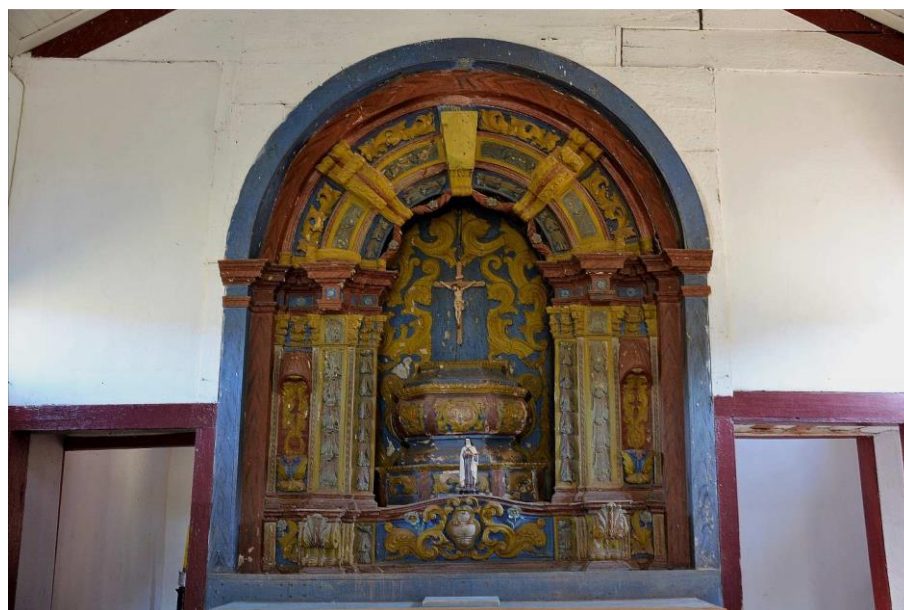
Bonfim (Santa Luzia), na Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Itabirito) e na Capela de São Gonçalo (Minas Novas), que possuem sinos inseridos nas aberturas superiores da fachada. A estrutura autônoma de madeira, que sustenta um ou dois sinos, situada no adro, é usada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte. No município de Mariana – recorte geográfico desta investigação – a frontaria sem torre reforça o padrão maneirista das capelas setecentistas mineiras, “em voga desde que o Vignola e Giacomo Della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por ‘jesuítico’” (COSTA, 1941, p. 35).

### **Análise de um bem integrado**

Considera-se o retábulo da Capela de Santa Teresa D’Ávila (Figura 5) bem de transição do Maneirismo para o Estilo Nacional Português, classificação estabelecida por Robert Smith (1962, p. 69) para retábulos caracterizados por dois elementos indispensáveis: a coluna de fuste em espiral – denominada “salomônica” – e o remate de arcos concêntricos, cuja combinação confere ao retábulo português sentido de movimento e efeito de unidade. Germain Bazin (1983, v. 1, p. 263) classifica de “portal-românico” aquele tipo de retábulo, situando sua produção entre o fim do século XVII e início do século XVIII, em Portugal. O mesmo autor distingue os principais elementos do retábulo portal-românico: coroamento em arco de volta redonda apoiado sobre dois pés-direitos, lembrando a forma da portada românica; espaço central ocupado por trono em degraus contendo a imagem de veneração; revestimento dourado; e colunas torsas recobertas por ornatos em espiral de folhas de acanto e ramos de videira. O retábulo de Santa Teresa D’Ávila possui características do Estilo Nacional Português, evidenciando-se a forma de portada românica e o trono central destinado ao orago. Entretanto, ao invés das colunas de fuste em espiral, o coroamento em arcos concêntricos, divididos em cinco aduelas, é suportado pelo entablamento e por pilastras que se assemelham a pilastra renascentista descrita por Cragoe (2014, p. 85): fuste ornamentado com relevos; capitel baseado na ordem coríntia, mas com ornamentação de folhas de acanto limitada aos ângulos do capitel; desenho naturalista de uma rosa ao centro que, ao invés de ornamentar o capitel, foi, no retábulo de Santa Teresa D’Ávila, colocada no

friso, justamente a faixa central decorativa do entablamento clássico. As extremidades das aduelas deixam pendente um tímido festão sobre o camarim, contendo quatro rosetas miúdas semelhantes àquelas que ornamentam os frisos. O posicionamento das pilastras interiores e seu entablamento podem ser comparados ao “modi D” de ligação entre “a meia-coluna e a parede”, de uma gravura sobre madeira de Sebastiano Serlio reproduzida por Biermann e seus colaboradores (2015, p. 70). Distingue-se, abaixo do camarim, na base do retábulo, uma cartela com motivos vegetalistas em relevo que, juntamente com o festão já mencionado neste parágrafo, pertence ao repertório decorativo da talha maneirista. A decoração em talha está contida na estrutura, remetendo o observador ao “tipo de retábulo maneirista, onde a montagem arquitectónica vence a dispersão plástica da escultura” (BAZIN, 1983, v. 1, p. 264; PAIS DA SILVA, 1996, p. 115). Supõe-se ainda que o contraste do retábulo, revestido integralmente de decoração em talha, com as paredes internas e externas do edifício que o abriga, desprovidas de qualquer tipo de ornamento, assinale duas qualidades da arte maneirista: a ênfase dada à parte em detrimento do todo (SHEARMAN, 1978, p. 152) e a sobrecarga com a decoração de áreas relativamente pequenas de superfícies (HAUSER, 1993, p. 376).

Figura 5 – Retábulo de Santa Teresa D'Ávila, Capela de Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes, Mariana



Fonte: Acervo do Autor, 2015.

### **Incursoão a duas igrejas matrizes**

Conjectura-se que a Igreja Matriz de São Sebastião e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário exemplifiquem a combinação e a subordinação ao Maneirismo de elementos das correntes artísticas do Renascimento, do Barroco e do Rococó, contemporâneos da construção dos dois edifícios ou elaborados no decorrer de suas existências. A planta retangular da Igreja Matriz de São Sebastião e a fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, são, sob o ponto de vista da estrutura da edificação, características da arquitetura religiosa maneirista portuguesa (PAIS DA SILVA, 1996, p. 183). A fachada do prostilo, segundo a concepção do pintor e arquiteto quinhentista Cesare Cesariano (BIERMANN et al, 2015, p. 57), pode ter sido modelo indireto para o frontispício da igreja, mas seu alongamento vertical sugere o emprego do recurso estético anticlássico de deformação da arquitetura (HOCKE, 1974, p. 140), estendendo-se esta observação para as capelas que possuem frontarias semelhantes à da Igreja Matriz de São Sebastião, como a Capela de Santo Antonio (Distrito-sede). No interior do templo, o arco-cruzeiro possui pilastras compósitas com pedestais, podendo ser alusão ao pórtico compósito com pedestal de Vignola (VIÑOLA, 19—?, p. 112-113). Já na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, situada no Distrito de Padre Viegas, o avanço da fachada em relação às torres torna-se perfeitamente visível na medida em que o observador aproxima-se do edifício, mas não é bastante para acentuar o sentido de profundidade característico do Barroco, como se o construtor tivesse hesitado entre a parede plana maneirista, que “gera e emana luz branca em alta frequência de vibração” (ARGAN, 1999, p. 384), e o fator claro-escuro obtido por meio de reentrâncias e saliências que conferem volume e profundidade às superfícies barrocas (PAIS DA SILVA, 1996, p. 129). O frontão de curvas, contracurvas e volutas possui feição rococó (BAZIN, 1983, v. 1, p. 167), mas sua altura e suas volutas competem por espaço com as torres laterais, tornando-o parte de um frontispício característico da arquitetura religiosa maneirista portuguesa (PAIS DA SILVA, 1996, p. 182). Em Minas Gerais, a inflexão da cornija sobre o óculo central é elemento de transição do Maneirismo para o Rococó (BURY, 1991, p. 108). Porém, a observação sugere que aquele elemento é menos “uma expressão arquitetural do movimento” (BAZIN, 2010, p. 12) do que um semicírculo de forte contorno recoberto de telhas, que forma ângulo raso com as semirretas opostas, igualmente retelhadas e de contorno pesado, que constituem a cornija. O relevo

acentuado da cornija, impedindo a comunicação do frontão e das torres com os outros componentes da fachada, obedece também às convenções da arquitetura religiosa maneirista em território português (PAIS DA SILVA, 1996, p. 182). Pilastras com pedestal dividem a fachada em três segmentos verticais, conferindo-lhe um sentido de alongamento que colide com a linha horizontal do entablamento e reaparece nos vãos das torres sineiras de conformação atarracada, suscitando a ênfase do Maneirismo na contradição explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). As aberturas concentram-se no segmento central da fachada, sendo que a arquitrave isola o óculo das janelas e da porta, por baixo, e a cornija isola-o do frontão, por cima, tendo-se a impressão de que o entablamento se abre ao meio para acomodar o óculo que invade seu espaço. Por sua vez, a cornija, que limita o óculo, por cima, entra no espaço do frontão. A divisão do frontispício em segmentos verticais, a luta pela conquista de espaço, na zona superior da fachada, e o rígido sublinhado das cornijas, que impede articulação do frontão e das torres com outros elementos da frontaria, são características da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, observadas por Pais da Silva (1996, p. 182) nas igrejas construídas pelos padres jesuítas, na Índia Portuguesa. As janelas da nave única são rasgadas, dispoendo de sacadas com balaústres torneados em que as partes superiores e inferiores são iguais e invertidas, sugerindo uma referência ao Renascimento (CRAGOE, 2014, p. 207) encontrada em tratados italianos de arquitetura do século XVIII (BIERMANN et al, 2015, p. 183). A porta e as janelas rasgadas possuem vergas de “arco de círculo [...] porém, não pleno, com centro mais baixo que seus limites” (VASCONCELLOS, 1979, p. 107), que são comuns na arquitetura colonial mineira, conforme se infere do exame da coleção de desenhos do documentário arquitetônico de Rodrigues (1979). Por outro lado, as janelas das torres laterais são de arco pleno com aduelas em relevo, tema encontrado nos tratados de Serlio e Vignola (BIERMANN et al, 2015, p. 63; 81). A coletânea de contribuições de correntes artísticas diversas, de componentes eruditos e vulgares, que parece compor a frontaria da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, reforça a suposição do caráter maneirista daquele templo – ao menos, da fachada –, pois a “obra de arte anticlássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe, no presente, base factual para se afirmar a existência de um programa arquitetônico – intencional e institucionalizado – baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove pessoas no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus

Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

## RECONHECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo n. 149353/2018-9). Este artigo é versão revista do trabalho de mesmo título publicado na *Revista Restauro: arte, museu, arquitetura, cidade* (v. 2, n. 4, 2018) e na coletânea *O essencial da arquitetura e urbanismo 2* (Atena Editora, 2019).

## REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Livro de Lotação das Freguesias do Bispado de Mariana e Lista com Nomes e Datas de apresentação e colação de Párocos segundo os Mapas Paroquiais de 1826**. Armário 6.
- ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750**. Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4, Tomo II.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – arquitetura**. Rio de Janeiro, 1995.
- BAZIN, Germain. **Barroco e rococó**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.
- BIERMANN, Veronica et al. **Teoria da arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias**. Köln: Taschen, 2015.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- BORIM, Alexandre et al. **Inventário de proteção do acervo cultural**. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.
- BRAGA, Sylvia Maria Nélo. (Coord.). **Manual de conservação de cantarias**. [s. l.: s. n.], 2000.
- BRASIL. Minas Gerais (Estado). Mariana (município). Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – COMPAT. **Patrimônio protegido do município de Mariana/ MG**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzWEne8NnkDqbUt6Y3hncC1KNW8/view>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Mariana (MG)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



Renováveis – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. **Lauda técnico preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <[http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias\\_ambientais/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. **Denúncia**, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Márcio. **Ouro Preto**: uma viagem em pedra e ouro. Itaúna: Márcio de Lima Carvalho, 2013.

**CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHARLES, Victoria et al. **1000 obras-primas da pintura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**. Disponível em: <<http://domtotal.com/direito//pagina/detalhe/31867/codigo>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura**: um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da terra do ouro**. São Paulo: S. A. Indústrias Graphicars-F. Lanzara, 1946.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Inventário da série “Termos de arrematação e contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1954.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRASSI, Emily. **Maneirismo**. Florença: SCALA, 2011.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOCKE, Gustav René. **Maneirismo**: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JORGE, Fernando. **O Aleijadinho**: sua vida, sua obra, sua época, seu gênio. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MINKE, Gernot. **Manual de construção com terra**: uma arquitetura sustentável. São Paulo: B4, 2015.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**.

- Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e rococó no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. **Estudos sobre o Maneirismo**. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Flávio Carneiro; MOREIRA, Maria Ângela Assunção. **Notas históricas sobre Passagem de Mariana**: Passagem até o século XXI. Mariana: Dom Viçoso, 2013.
- RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SHEARMAN, John. **O Maneirismo**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SMITH, Robert Chester. **A talha em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 30, n. 3, p. 187-213, 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. **The Art Bulletin**, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- TIRAPELI, Percival. **Igrejas barrocas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2008.
- TRINDADE, José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELLOS, Salomão de. **Mariana e seus templos: (era colonial) 1703-1797**. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 2, p. 505-608, 1916.
- VIÑOLA, Jacopo Barozzi de. **Tratado practico elemental de arquitectura ó estudio de los cinco órdenes**. Buenos Aires: Construcciones Sudamericanas, [19-?].
- VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.